

António e acumulção
02/02/2015
[Assinatura]

EXM.º SR.

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE MIRANDELA**

Liliana Marisa Fernandes Correia, contribuinte fiscal n.º 222435470, trabalhador da Câmara Municipal de Mirandela, com Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado, com a Carreira e Categoria de Técnico Superior, vem solicitar junto de V. Ex.ª a permissão para acumular funções/atividades privadas, nomeadamente as de treino desportivo na área de natação pura, ao abrigo do art. 22.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na sua atual redação.

Esclarece, que as funções a que se propõe acumular, serão de natureza autónoma, a título remunerado.

Estas funções serão desempenhadas para a Secção de Natação do Sport Clube de Mirandela, utilizando-se a Piscina Municipal de Mirandela de acordo com o pedido de cedência de instalações desportivas, solicitado pela SNSCM, em julho de 2014, sempre fora do horário normal de trabalho, sendo a remuneração de 5,00€/Hora.

Entende que as referidas funções não são consideradas incompatíveis nem comprometem a isenção e a imparcialidade das funções públicas que desempenha nesta autarquia, já que em nada são equiparadas às funções atualmente desempenhadas, nomeadamente, funções de colaboração na organização e coordenação de atividades e utilização das instalações desportivas Municipais; Elaboração de relatórios mensais e anuais de funcionamento e zelar por todo o património afeto às instalações, garantindo as condições adequadas à sua utilização pelo público; Elaboração e actualização anualmente dos dados relativos ao desenvolvimento desportivo do Concelho, Instalações Desportivas e Movimento Associativo; Efectuar a vigilância e assistência em piscinas municipais.

Entende ainda que as funções referidas não provocam prejuízo para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, pois as funções a que se propõe acumular em nada estão relacionadas com as atribuições e competências da Câmara Municipal de Mirandela, nem se destinam ao mesmo público-alvo.

Compromete-se ainda, sob o compromisso de honra, à cessação imediata da função acumulada, no caso de ocorrência superveniente de conflito com o interesse público ou prejuízo para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Pede deferimento.

Mirandela, 29 de janeiro de 2015.

O Requerente

Liliana Marisa Fernandes Correia